

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

MIRIAM OLIVEIRA DE AGUIAR SOBRAL

**O NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO
SETOR: O QUE MUDA NA CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS
PÚBLICOS?**

**SÃO PAULO
2016**

MIRIAM OLIVEIRA DE AGUIAR SOBRAL

O NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR (MROSC): O QUE MUDA NA CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS?

Trabalho apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Campo de Conhecimento: Administração Pública

Orientador: Prof. Dr. Alexis Vargas Galias

**SÃO PAULO
2016**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a captação e gestão de recursos públicos pelas organizações do Terceiro Setor frente ao Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). A Lei 13.019 sancionada em maio de 2014, versa a respeito das normas e exigências que estabelecem parcerias entre o Estado e as instituições sociais, principalmente no tocante às questões de segurança jurídica e na formalização das transferências de recursos. Em razão da atual crise política e econômica que o país enfrenta, a implementação do MROSC apresenta ainda mais impacto nas relações de parceria entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, é necessário que o Poder Público vele para que a implementação do MROSC não seja mais uma barreira para dificultar a formalização de parcerias, principalmente do ponto de vista das organizações que possuem menor capacidade técnica no atendimento das resoluções, mas que efetive políticas públicas que promovam mudanças substanciais à realidade de sua população, através de parcerias firmadas de modo democrático, transparente e eficaz, tendo em vista a importância da atuação das organizações da sociedade civil no combate à pobreza e a desigualdade no País.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Gestão, Captação de recursos, Novo marco regulatório.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the collection and management of public resources by Third Sector organizations in relation to the New Regulatory Framework of Civil Society Organizations (MROSC). Law 13,019, enacted in May 2014, deals with the norms and requirements that establish partnerships between the State and social institutions, especially regarding issues of legal security and the formalization of transfers of resources. Because of the current political and economic crisis facing the country, the implementation of MROSC has even more impact on the partnership relations between the Public Administration and civil society organizations. In this sense, it is necessary that the Public Power ensure that the implementation of the MROSC is no longer a barrier to make it difficult to formalize partnerships, especially from the point of view of organizations that have less technical capacity in meeting resolutions, but effective public policies which promote substantial changes to the reality of its population, through democratic, transparent and effective partnerships, in view of the importance of civil society organizations in combating poverty and inequality in the country.

Keywords: Third Sector, Management, Fundraising, New regulatory framework.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma análise a respeito da captação e gestão dos recursos públicos pelas organizações da Sociedade Civil, especificamente aquelas que compõe o Terceiro Setor.

As organizações do Terceiro Setor desempenham diferentes papéis em resposta aos problemas sociais brasileiros, para além do papel econômico, de prestação de serviços, as organizações exercem um papel político e social. Todavia, no atual cenário de crise em que o País enfrenta, encontrar alternativas para o financiamento de suas atividades é um dos principais desafios dessas organizações.

Apesar de não terem fins econômicos, as organizações do Terceiro Setor necessitam de recursos para o provimento de suas atividades. Neste sentido, existem diferentes estratégias de mobilização de recursos que podem ser utilizadas por estas organizações, tais como: venda de produtos, organização de eventos, produção de materiais, contratos de prestação de serviços, entre outras opções. Além dessas formas habitualmente utilizadas, as organizações podem valer-se das doações dedutíveis do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, patrocínios, subvenções e auxílios, etc. Os seus principais financiadores, costumam ser: agências de fomento, ONGs Governo e Setor Privado.

Em 2015, no auge da crise econômica, entrou em vigor no Brasil o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. A Lei dispõe sobre o conjunto de exigências que formalizam as novas parcerias entre o Estado e Organizações da Sociedade Civil. Embora a legislação represente um avanço, no que se refere especialmente ao controle do uso do dinheiro público, tal medida pode representar alto impacto nas organizações, sobretudo naquelas de pequeno porte que não dispõem de estrutura e recursos para se adequarem às novas regras.

A despeito de os impactos da crise ainda não estarem claros, já que vivenciamos na última década, um período de desenvolvimento e crescimento, é

sabido que em tempo de instabilidade financeira os primeiros ajustes nas contas resultam na diminuição de incentivos e redução das doações na área social, principalmente os oriundos de agentes nacionais ou internacionais. O setor privado, por sua vez, também reconsidera suas políticas de destinação de recursos, resultando em menor financiamento filantrópico para o setor.

Nesse sentido, esse trabalho pretende discorrer sobre as novas normas com destaque para àquelas que dizem respeito à captação e gestão dos recursos. Na primeira seção apresenta o que são as organizações do Terceiro Setor e os conceitos que engendram a captação de recursos. Em seguida, apresenta o Novo Marco Regulatório à luz de suas disposições.

2 O TERCEIRO SETOR

O processo de constituição histórica do Terceiro Setor no Brasil foi marcado por quatro momentos diferentes aponta Landim (1998) e Fernandes (1997). O primeiro momento se dá no período da colonização até meados do séc. XX e compreende o nascimento das chamadas associações voluntárias, fundadas pela igreja católica e baseadas em valores do catolicismo. O segundo momento, tem início na década de 30, no governo de Getúlio Vargas. Durante esse período, que se estendeu até o final dos anos 60, o Estado e a igreja dividiram a responsabilidade por obras assistenciais paternalistas e antagônicas ao questionamento social, a igreja agindo como uma poderosa aliada do Estado, no controle das manifestações de insatisfação social.

A década de 70 marca o ingresso do Terceiro Setor, no Brasil. As instituições com caráter filantrópico e assistencial, vinculam-se aos chamados movimentos sociais e, com o apoio da igreja, tornam-se os difusores de problemas locais, é nesse período que surgem as Organizações Não Governamentais (ONG), constitui-se assim, o terceiro momento. O quarto momento, e talvez o mais importante na história do Terceiro Setor no Brasil, pode ser formalmente demarcado pela Constituição de 1988, que define o conceito de cidadania e delibera o arcabouço filosófico para a elaboração de políticas sociais. Em 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente; em 1991, a Lei de Incentivo à Cultura; em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social; em 1998, a Lei que dispõe sobre o trabalho voluntário; e em março de 1999, a Lei 9.790/99, que estabelece os termos para a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

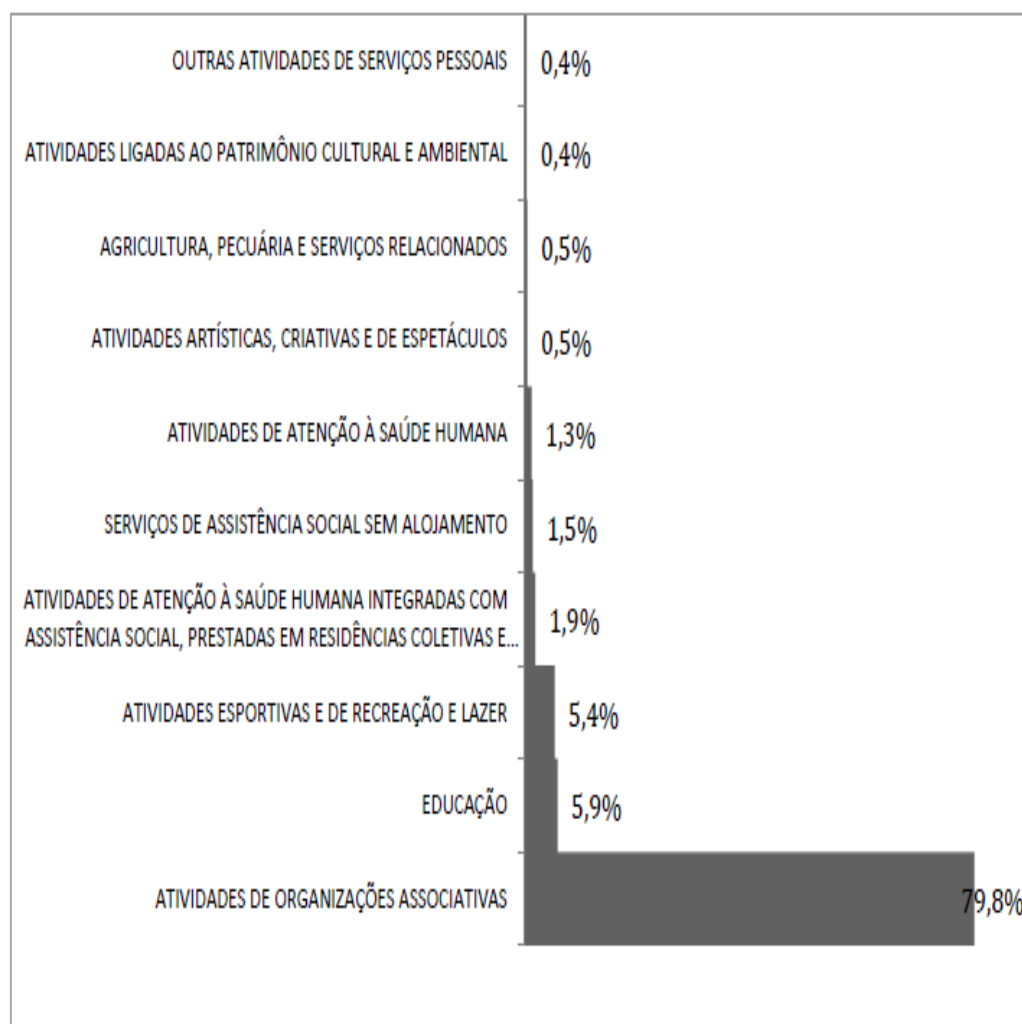
De acordo com Coelho (2000), no Brasil o termo Terceiro Setor possui diferentes designações, é comum a confusão entre organizações não governamentais (ONGS) ou Organizações sem fins lucrativos. Camargo (2001, p15), destaca o Terceiro Setor como sendo uma junção entre as empresas privadas e o governo:

O “meio-termo” é uma expressão difundida que se reporta a ideia de equilíbrio de valores, buscando entre os extremos opostos uma ideologia, um caminho central conciliador, que seja composto por premissas de ambos os lados, de tal forma que harmonize e até ou até mesmo integre elementos em debate, tendo em vista pontos comuns entre si. Nesse cenário pode-se considerar o Terceiro Setor como um meio termo do ambiente político-econômico, intermediando as relações entre o Estado e o mercado no que tange as questões de melhora social. Seu principal mérito é agregar modelos organizacionais eficientes aos seus objetivos voltados à filantropia.

Na visão de Albuquerque (2006), o Terceiro Setor sucede da expressão em inglês *third sector*, que nos Estados Unidos inclui as organizações sem fins lucrativos e os programas de voluntariado. Silva (2001), corrobora com a visão de Coelho, ao afirmar que a atuação do Estado sendo o primeiro setor e a iniciativa privado sendo o segundo, o Terceiro Setor é aquele que converge características dos outros dois, afim de promover benefício coletivo, preenchendo as lacunas onde nem governo e tão menos as empresas conseguem atuar.

Essas organizações possuem no Brasil um papel desafiador voltado para a assistência social, buscando a melhoria da qualidade de vida em sociedade. Camargo (2001), acredita que o papel do Terceiro Setor vai além do papel de assistencialista, como por exemplo, aquelas que operam com a distribuição de donativos. Para o autor, o seu papel inclui integrar a sociedade, construindo um pensamento coletivo, atraindo recursos para que todos os cidadãos possam trabalhar ativamente perante a sociedade. Ser Terceiro Setor é apoiar no combate à dissonância que existe no Brasil com relação aos recursos disponíveis versus necessidades básicas de muitos cidadãos, ou seja, trabalhar como um agente potencializador das transformações sociais. Na figura 1 – apresentam-se como as organizações da sociedade civil estão divididas economicamente, no que tange à promoção social.

Figura 1: Organizações da sociedade civil no Brasil por atividade econômica segundo subclasses CNAE, 2011



Fonte: FGV Projetos – 2013

De acordo com dados divulgados pela pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2013: Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil), indicou que existem no Brasil 290,7 mil Organizações da Sociedade Civil. A maioria delas tiveram seu surgimento marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a organização e a participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados.

No que se refere ao mercado de trabalho, a pesquisa destacou que as OSCs empregam, juntas, 2,1 milhões de trabalhadores formais assalariados, em uma média de 7,3 pessoas assalariadas por entidade. Esse contingente é bastante expressivo, já que equivale a 4,9% dos trabalhadores formais brasileiros, ou quase 1/4 (23,0%) do total dos empregados na administração pública no mesmo ano. Levando-se em conta o número de trabalhadores contratados para mensurar o porte das Organizações da Sociedade Civil, é possível afirmar que em seu maior número são instituições de pequeno porte.

Em 2010, enquanto 253,9 mil entidades possuíam menos de cinco pessoas assalariadas (87,3%), no outro extremo, apenas 1,2% das entidades tinham mais de 100 empregados. Nesse pequeno grupo das maiores organizações, no entanto, estão concentrados 1,3 milhão de pessoas, o que equivale a 63,3% do total de empregados. Sobre as fontes de renda que conformam as receitas das Organizações da Sociedade Civil, é importante mencionar que, embora os recursos governamentais possam ser mobilizados pelas OSCs brasileiras, elas não dependem do Estado, e a maior parte delas se organiza, historicamente, com base em recursos próprios e doações privadas.

Todas as organizações, sem fins lucrativos, necessitam de recursos para garantir que sua atividade seja realizada com êxito. Camargo (2001), realizou uma pesquisa com organizações do Terceiro Setor e adverte que a maioria das organizações pesquisadas (71%), a falta de recursos era lembrada como a principal dificuldade.

Outro ponto revelado no seu estudo, diz respeito ao baixo investimento do governo (37%). A autora defende a utilização de ferramentas que publicizem as suas ações. Ou seja, para garantir viabilidade de recursos as organizações precisam utilizar instrumentos de marketing social para tornar público os seus resultados, visando a captação de recursos e a promoção da instituição. Além disso, é preciso investir no relacionamento com os stakeholders. Para tanto é necessário dar atenção especial para os informativos, eventos, notícias, bem como a participação direta dos benfeitores da organização. Essa é uma maneira de trabalhar com transparência,

idoneidade e profissionalismo, uma vez que a necessidade de saber onde o recurso está sendo empregado é fundamental para que as parcerias sejam continuadas ao longo dos anos.

Há outro desafio que as organizações do Terceiro Setor precisam superar, descrito por Ckagnazaroff, Portugal & Mota (2005), como dilema conceitual-estratégico. Para os autores, as organizações precisam estar atentas ao alinhamento dos seus resultados no que diz respeito à formalização de parcerias. Destacam-se a falta de planejamento, a definição de expectativas e as indefinições sobre as demandas e riscos podem contribuir para o fracasso das alianças. Nesse sentido, o desafio está em traçar quais objetivos pretendem ser atingidos, como e quais resultados foram alcançados. (Fischer & Falconer, 1998).

Barbosa (2010) ressalta que a legislação brasileira que dispõe sobre as organizações do Terceiro Setor, muitas vezes também não contribui para que essa confiança seja estabelecida. Isso, se dá em razão da pouca clareza das definições. O autor acredita que as regras para a concessão de recursos apresentam falhas no que se refere às normas de benefícios fiscais comprometendo a possibilidade de parcerias.

De acordo com Tenório, (2008, p.142), é possível observar que a captação de recursos pode ser analisada da seguinte forma,

A principal motivação para a captação e mobilização de recursos é garantir a viabilidade de um projeto e, ao longo prazo, de uma comunidade organizada, mantendo-os estáveis e produtivos. Essa atividade integra as ações necessárias para construir e garantir a sustentabilidade do projeto. Pode se afirmar que, atualmente, a maioria das organizações sem fins lucrativos é vulnerável, bem como boa parte das iniciativas comunitárias possui poucos recursos e, em geral, uma única fonte de apoio. A captação e a Mobilização, quando planejadas, contribuem para que a comunidade diversifique a origem dos seus recursos e diminua o grau de vulnerabilidade ao qual está exposta como, por exemplo, a mudança de prioridades ou políticas de financiadores locais, nacionais ou internacionais.

Albuquerque (2006), apresenta a captação de recurso no Brasil como uma tendência. Até a década de 1990, as organizações tinham como fonte de receitas o apoio de pessoas físicas, ou recursos dos próprios fundadores. No entanto, com o passar dos anos, a estagnação de recursos obrigou muitas organizações a diminuir seus projetos. A captação e a diversificação das fontes de recursos foram um dos caminhos encontrados para a sobrevivência das organizações e capilaridade das ações.

No atual cenário de crise, a diversificação de fontes de financiamento novamente é a estratégia utilizada pelas entidades, para manterem ativas suas operações. O autor apresenta um novo conceito sobre a captação de recursos, podendo ser chamada também de “mobilização de recursos”. Para ele, o trabalho da organização não deve se restringir a busca pelos recursos, mas também o aperfeiçoamento do uso dos recursos existentes, conforme aponta a seguir:

Nos últimos anos, vem ganhando força a expressão “mobilização de recursos”, que tem um sentido mais amplo do que “captação de recursos”. “Mobilizar recursos não diz respeito apenas assegurar recursos novos ou adicionais, mas também a otimização (como fazer melhor uso) dos recursos existentes (aumento da eficácia e eficiência dos planos); à conquista de novas parcerias e à obtenção de fontes alternativas de recursos financeiros. É importante lembrar que o termo “recursos” refere-se a recursos financeiros ou “fundos” mas também a pessoas (recursos humanos), materiais e serviços.

A captação de recursos não se estagna na transferência de doações de pessoas que se identificam com a missão da organização. A ação requer compromisso das organizações, o bom uso dos recursos e transparência sobre o alcance dos resultados.

Cruz (2000), apresenta uma visão importante sobre a captação de recursos, ele destaca que as organizações sem fins lucrativos, no interesse de promover suas atividades, dependem de maneira fundamental da captação de recursos.

Montaño (2002), apesar de não concordar com as terminologias e definições do Terceiro Setor, concorda com os demais autores em relação ao plano

de captação de recursos, do profissional qualificado para a função de gestão e, alocação de recursos, dentre outras atividades que as organizações sociais precisam desenvolver. O autor explica esse modelo de gestão, pois algumas organizações não são sustentáveis, ou seja, sua atividade fim não agrega valores regularmente, e quando geram, não são suficientes para investimentos e crescimento. As possibilidades de obtenção de recursos são várias, porém as organizações precisam trabalhar a arrecadação de fundos, baseada na sua missão e valores de forma que os objetivos sejam atingíveis e agradável aos olhos de quem está doando, ainda segundo o autor.

Muitas entidades acabam utilizando recursos públicos de várias esferas, por meio dos convênios, o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) ou ainda, o novo Marco Regulatório do Terceiro Setor, dispense sobre as novas regras de captação e uso dos recursos públicos.

As novas regras originaram-se a partir de uma mobilização no ano de 2010, onde mais de 50 mil instituições se organizaram para buscar melhorias na legislação que determinava regras na transferência de recursos mediante convênio das organizações com o poder público. Em 2011, a Secretária Geral da Presidência liderou um grupo de trabalho para identificar as principais demandas e necessidades da Sociedade Civil. Por fim, no ano de 2014 o documento foi aprovado e virou a Lei 13.019/2014, que designou regras para a formalização de novas de parcerias entre o poder público e as organizações não governamentais.

3 A CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS À LUZ DO NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

As informações apresentadas neste tópico foram extraídas da cartilha desenvolvida pela Secretaria de Governo e dispõe sobre as novas regras vigentes do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc).

O Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc) Lei 13.019/14, sofreu modificações antes mesmo de entrar em vigência pela Lei Federal 13.205/15. A primeira proposta de Lei sofria influências da CPI das Organizações não governamentais (Ongs), que ocorreu nos anos 2000. Além disso, a referida lei continha fragilidades interpretativas, no que se refere a sua aplicabilidade ou não aos recursos decorrentes de leis de incentivo fiscal). A nova Lei, sancionada e publicada em 15 de dezembro, a Lei 13.204/2015, promoveu diversas e importantes alterações no MROSC.

No quadro1: Mendonça e Falcão apresenta a análise comparativa que elucida a diferença entre as duas propostas - Lei 13.019/14 e Lei 13.204/15.

Quadro 1: Destaques da Lei 13.019/14 e da Lei 13.204/15

	Lei 13.019/14	Lei 13.204/15
Definição de OSCs	OS – contratos de gestão OSCIPS – termos de parceria	Definição abrangente de OSCs que inclui as entidades religiosas e cooperativas com atuação em áreas de interesse público ou social

	Lei 13.019/14	Lei 13.204/15
Exclusões	OS – contratos de gestão OSCIPS – termos de parceria	Idem Exclui também convênios e contratos celebrados pelo SUS; Termos de compromisso cultural (Lei 13.018/14); transferências do FNDE para o PAED (escolas especiais) e Programa Dinheiro Direto na Escola – art. 3o
Extinção do uso de Convênios	Reconhecimento de que o instrumento do convênio não é compatível para esse tipo de parceria.	Mantido, porém excluindo os repasses do SUS, e transferências específicas na área de educação
Abrangência Nacional – artigo 1o	Evita distorções de implementação e gera estabilidade nas parcerias. Pode gerar dificuldades de adaptação, principalmente entre Estado e Municípios com realidades e capacidades diferentes	Crítérios de exigência de tempo de existência das OSCs diferente para União, Estados e Municípios para celebração Dificuldades de implementação devem permanecer
Obrigatoriedade do Chamamento Público	Nos artigos 23, 24 e 27 são descritas as diretrizes para realização do Chamamento Público. Possibilita a ampla publicidade e evita irregularidades.	Simplifica algumas exigências – retira exigência de tempo de existência mínimo da OSCs e comprovação de experiência
Contrapartidas e Certificações	Extinção da contrapartida financeira e não exigência de as OSCs apresentarem certificações ou títulos para celebração de parcerias.	Idem Na prática acaba com o título de Utilidade Pública ao ampliar para as OSCs, definidas na Lei, os benefícios antes atrelados com esta titulação – art. 84
Plano de trabalho detalhado (Art. 22)	Maior detalhamento do plano de trabalho, com diagnósticos prévios e definição de indicadores de resultados. Desafio em articular a realização do diagnóstico da realidade com políticas, planos e programas governamentais. Adaptação de ordem administrativa e	Exigências simplificadas – não exige mais indicadores quantitativos e qualitativos, mas sim parâmetros mínimos de aferição, detalhamento de diversos valores em rubricas específicas

	Lei 13.019/14	Lei 13.204/15
	cultural ao modelo de foco em resultados	
Exigências simplificadas – não exige mais indicadores quantitativos e qualitativos, mas sim parâmetros mínimos de aferição, detalhamento de diversos valores em rubricas específicas	Regras simplificadas para prestação de contas abaixo de R\$ 600.000,00	Prestação de contas simplificadas para todas as parcerias
Contratação de pessoal	Inclusão das despesas com remuneração do pessoal não superior à do teto do Executivo, e apenas os com carteira assinada. Inclusão de encargos trabalhista relacionados ao projeto no orçamento	Idem
Regulamento de compras	s Submissão do regulamento de compras à administração pública	Elimina a necessidade de regulamento próprio de compras
Controles e responsabilização dos dirigentes	Os dirigentes são solidariamente responsáveis pelas parcerias firmadas com o poder público.	Cai a responsabilização solidária dos dirigentes atuando na gestão executiva de acordo com limites de mercado
Remuneração dos dirigentes	—	Permitida a remuneração de dirigentes
Redes	Os dirigentes são solidariamente responsáveis pelas parcerias firmadas com o poder público.	Idem Adiciona critério de existência mínima de 5 anos para celebrante com execução em rede e exige comprovação de capacidade de coordenação

Fonte: Mendonça e Falcão (2016)

A Lei, válida em todo o território Nacional, estados e municípios, definiram uma série de normas para as parcerias realizadas entre o Poder Público e as organizações não governamentais, considerando às particularidades das entidades privadas sem fins lucrativos.

Como destacado anteriormente, o MROSC é uma iniciativa da Secretaria de Governo da Presidência da República, em conjunto com o Ministério do Planejamento e outros órgãos da Administração Pública Federal, seu principal objetivo é fortalecer a relação entre a administração e as organizações da sociedade civil, uma vez que assegura judicialmente o trabalho realizado pelas organizações, além de garantir mais transparência na aplicação dos recursos públicos. Na figura 1- apresenta-se o diagrama das principais mudanças relativas a nova Lei.

Figura 2: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil



Fonte: Brasil/GOV – 2016.

Desde a criação do Sistema de Transferências Voluntárias da União (Siconv), em 2008, foram assinados 13.922 convênios, contratos de repasse ou termos de parceria entre o Executivo Federal e organizações da sociedade civil. Esse valor equivale a um montante de R\$ 14,5 bilhões para essas instituições.

A atenção ao Marco Regulatório é parte de uma estratégia política do Governo Federal, desenvolvida em conjunto com a sociedade, que trata de três eixos orientadores: contratualização, sustentabilidade econômica e certificação. De acordo com a Secretaria de Governo o novo Marco Regulatório vem para suprir lacunas deixadas pela legislação anterior que ao seu ver eram insuficientes, imprecisas causando insegurança tanto para os gestores públicos como para as próprias organizações.

Anteriormente existiam diferentes instrumentos que formalizavam as parcerias entre Estado e a Sociedade Civil, com o Novo Marco, as parcerias serão estabelecidas por meio do Termo de Fomento e o Termo de Colaboração. (Mendonça e Falcão, 2016), apresenta as principais diferenças no que se refere a transferência de recursos nos dois instrumentos, conforme quadro 1: Diferenças e Semelhanças dos Termo de Colaboração e Termo de Fomento:

Quadro 2: Diferenças e Semelhanças dos Termo de Colaboração e Termo de Fomento

	Termo de Colaboração	Termo de Fomento
Diferenças	O plano de trabalho proposto pela administração pública.	O plano de trabalho proposto pela organização da sociedade civil.
	A organização da sociedade civil estará desenvolvendo atividades de interesse público	A administração pública fomentando atividades de público proposta pela organização da sociedade civil.

	Os Conselhos de Políticas Públicas podem apresentar propostas à Administração Pública para celebração de Termo de Colaboração.	
Semelhanças	Seleção através de Chamamento Público (“sempre que possível” procedimentos, critérios e indicadores padronizados)	
	Plano de Trabalho com descrição do Projeto, objetivos, indicadores de resultado, plano de aplicação de recursos e prestação de contas	
	Exigência de 3 anos de existência da Organização no CNPJ	
	Comprovação de Capacidade técnica e experiência no objeto da parceria. Discussão sobre como será feita a comprovação da capacidade técnica da OSC.	
Observações	A padronização dos critérios do Chamamento Público e do Plano de Trabalho para o Termo de Fomento pode apresentar problemas, pois esse instrumento foi idealizado para promover iniciativas de OSCs	

Fonte: Mendonça e Falção (2016)

Os novos instrumentos permitirão o fomento às Organizações da Sociedade Civil que já desenvolvem atividades de interesse público e a colaboração dessas organizações com as políticas públicas. Além disso, irá viabilizar o apoio a projetos de inovação e desenvolvimento de tecnologias sociais. Com a criação de instrumentos jurídicos próprios, o convênio será utilizado apenas para a relação do Governo Federal com estados e municípios.

No que se refere ao uso de recursos públicos, o novo Marco declara que a seleção de projetos para determinado programa deve garantir viabilidade de acesso a todas às organizações da Sociedade Civil interessadas. Para tal, o órgão do governo responsável pela seleção deverá divulgar um edital convidando todas as organizações a apresentarem suas propostas.

O Sistema de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria do Governo Federal (SICONV), é considerada a principal ferramenta de gestão e transparência de recursos que são repassados pela União. Com a nova Lei, o sistema indicará um campo de interação declarada nos Termos de Fomento e Termo de Cooperação, para assim, ser possível a realização do acompanhamento

e controle de todas as atividades realizadas por projetos. Os dados deverão ser alimentados com frequência pelas organizações.

No que tange à contratação de profissionais qualificados para executarem os projetos, o novo Marco reconhece a necessidade dessa despesa. Assim, também dispõe sobre o uso dos recursos com essa finalidade. Nesse caso, as despesas devem ser destacadas no plano de trabalho e terem coerência no que concerne ao tempo de dedicação das atividades, bem como, da qualificação dos profissionais, levando em conta os preços praticados no mercado.

O Novo Marco Regulatório se inspirou na Lei da Ficha Limpa Eleitoral para dispor sobre o caráter dos dirigentes das organizações. Dessa forma, os dirigentes que tenham em dado momento agido de má fé com o dinheiro público, devem ser impedidos de assinar novas parcerias.

A prestação de contas no que concerne ao uso de dinheiro público, também é destacada no novo Marco. Embora tenha sido simplificada, tal ação deve ser tanto controlada pelos gestores públicos, quanto pelos gestores das organizações. Além disso, deve ser apresentada a toda a sociedade brasileira.

O planejamento das atividades é destacado como ação inerente às parcerias. Para facilitar essa ação, os órgãos públicos terão que realizar um diagnóstico e discorrer no edital quais resultados pretendem atingir, qual é o interesse público envolvido e quais mudanças visa transformar. As organizações por sua vez, deverão desenvolver o seu projeto apresentando os objetivos, metas, custos e os profissionais envolvidos em cada fase.

O monitoramento e a avaliação, também ganham destaque no Novo Marco Regulatório. Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de uma comissão de monitoramento e avaliação, que seja responsável por estabelecer processos de acompanhamento das parcerias, sugerir padronização de conceitos e identificar boas práticas, entre outras atividades de apoio.

A publicização dos resultados é outro item que aparece na nova Lei. Nesse caso, o Marco busca promover a padronização de objetos, custos e indicadores, com observâncias a heterogeneidade regional existente no País. O objetivo é criar um controle maior sobre os resultados das parcerias, que tenha como principal

efeito o impacto nas políticas públicas, visando maior transparência e *accountability*¹ do dinheiro público.

¹ “Accountability significa manter indivíduos e organizações passíveis de serem responsabilizados pelo seu desempenho. Accountability pública se refere ao conjunto de abordagens, mecanismos e práticas usados pelos atores interessados em garantir um nível e um tipo desejados de desempenho dos serviços públicos.” Samuel Paul (1992: 1047)

4 CONCLUSÃO

A Lei Federal 13.205/2015 representa um avanço no que se refere o estabelecimento de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil e a Administração Pública.

Em certa medida, a Lei que cria regras para repasse de recursos públicos para as OSCs nos níveis (Federal, Estadual e Municipal), legitima o papel importante das Organizações da Sociedade Civil no combate à pobreza, redução das desigualdades, além de fazer valer de um ambiente jurídico que assegura o poder público e as organizações.

Outro ponto de destaque, diz respeito à formulação de regime jurídico das parcerias com a sociedade civil por meio de termos de fomento e colaboração aplicados a uma interface que vincula os objetivos e metas traçados aos resultados alcançados, contribuindo para que a aplicação dos recursos públicos seja realizada de forma transparente. Trata-se de mecanismo pelo qual o acesso aos recursos propostos à prestação de serviços por meio de parcerias com o Terceiro Setor deve necessariamente ser aberto a todas as partes interessadas.

A nova Lei estimula que as organizações tenham práticas autônomas e em conexão com a sociedade, uma vez que cria mecanismo inovador ao permitir que projetos sejam realizados em redes por diferentes OSCs.

Por outro lado, há que se destacar que a exigência do uso da gestão para resultados, no que se refere ao delineamento de metas para a mensuração dos resultados pode dificultar a formalização de parcerias, tanto do ponto de vista dos entes públicos, como do ponto de vista das organizações, principalmente nas instituições de pequeno porte, que não dispõem de capacidade técnica para administrar os procedimentos deliberados, fortalecendo a distribuição desigual de recursos. Ou seja, irão acessar os recursos públicos, as organizações que menos precisam, que já estão profissionalizadas ou que possuem outras fontes de financiamento.

Nesse sentido, será preciso considerar as diferentes realidades presentes no Brasil, tendo em vista a importância da atuação das organizações da sociedade civil no combate à pobreza e a desigualdade no País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. **Dispõe sobre o marco regulatório da sociedade civil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 03 maio. 2015.

ALBULQUERQUE, ANTONIO CARLOS CARNEIRO DE. Terceiro Setor: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

CRUZ, CÉLIA MEIRELLES. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos.** São Paulo Global, 2000.

DINSMORE, P.C.; SILVEIRA NETO, F.H. **Gerenciamento de Projetos.** Rio de Janeiro: Qualitmark, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil).** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LANDIM L. (1998) **Ações em Sociedade**, Rio de Janeiro.

MENDONÇA, P. FALCÃO, D. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 21, n. 68, Jan./Abr. 2016

MONTAÑO, CARLOS. **Terceiro Setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

ONORATI, ANTÔNIO. **ONGs e a cooperação internacional: o mar de histórias ou o império do blá-blá-blá.** In: IBASE-PNUD. Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

PAUL, SAMUEL. Accountability in public services: exit, voice and control. *World Development* 29, 7 (julho) p. 1047 – 1060. 2002.

PROJETOS, F. G. V. et al. **Organizações da Sociedade Civil e suas Parcerias com o Governo Federal**. 2014.

SCHERER-WAREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola , 1993.

SOUZA, M.R. **Gestão administrativa -financeira de projetos sociais**. In: AVILA, C.M. (COORD.) *Gestão de Projetos Sociais*. 3 ed. São Paulo: AAPCS, 2001. p. 102-138.

TENÓRIO, FERNANDO G. *et al.* **Gestão comunitária: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro:FVG, 2008.